

História & Livros

Uma história de Cascudo

Fernando Duarte Caldas*

Os estudos históricos sobre o Legislativo no Brasil são oásis num território deserto e árido. Daí o fato aprazível e instigante de encontrarmos obras como a de Luís da Câmara Cascudo sobre a Assembléia Legislativa norte-riograndense.

Como Affonso de Taunay, que somou à sua obra voltada ao passado paulista uma história do Senado no Império, Cascudo demonstra sua veia de historiador incansável e produtivo dedicando-se ao Legislativo potiguar. Não se trata de um estudo histórico sistemático sobre aquele parlamento estadual, nem tampouco de uma história política do Rio Grande do Norte. Trata-se, antes de tudo, de um senso de oportunidade e de necessidade de colocar a memória histórica em livro.

O livro *Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte* levou 18 anos para ser publicado. Em 1953, Luís da Câmara Cascudo aceitou o primeiro convite para escrever a história daquela casa parlamentar. “Pela primeira vez, que me conste na bibliografia brasileira, alguma Assembléia desejava ter sua história escrita e solicitava, fora de suas bancadas, ao menos político de todos os norte-riograndenses vivos. Aceitei.”¹

A incumbência que lhe fora designada não estava tão distante de seus afazeres. Dez anos antes, Cascudo trabalhara na Diretoria Regional de Defesa Civil, e exatamente na sala onde funcionava a repartição estava o arquivo da Assembléia, consultado diariamente pelo pesquisador e jornalista, que dele tomou muitos episódios para publicá-los na seção “A República”, do *Acta Diurna*.

Quando iniciou seu trabalho sobre a Assembléia Legislativa, o arquivo já havia sido transferido

para o Instituto Histórico local. O historiador notou a ausência de dezenas de livros de atas, registros de leis, correspondências, especialmente do período republicano. As lacunas encontradas foram supridas, tanto quanto possível, pelos jornais de época do Rio Grande do Norte e da imprensa da capital do estado vizinho, Recife.

A entrega dos originais dessa primeira versão da história do Legislativo do Rio Grande do Norte foi feita em novembro de 1953. No entanto, o livro não foi publicado. “A Assembléia modestamente evitava a notoriedade de sua nobre história”, diria Cascudo anos mais tarde.

Em setembro de 1971, o então presidente do Legislativo estadual, deputado Moacyr Torres Duarte, formalizou um novo convite para a atualização do trabalho iniciado em 1953. Desta vez, os esforços do historiador seriam concluídos com a publicação de um volume com 500 páginas, nas quais figuram jornadas de cinquenta legislaturas, recobrindo 136 anos legislativos.

O etnógrafo, apaixonado pelo folclore, freqüentador de terreiros de macumba, das praias e portos de jangadeiros, do sertão dos vaqueiros e cantadores, colecionador de casos, interessado na tradição, na fala, na alimentação e nos gestos da gente simples, passara a ser reconhecido como historiador oficial do Legislativo de seu estado natal.

Luís da Câmara Cascudo, em *Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*, percorre os antecedentes de 1834 e do Ato Adicional à Constituição do Império a partir do qual as Assembléias Legislativas do Brasil foram criadas. A Assembléia da Província do Rio Grande do

* Fernando Duarte Caldas, mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Agente Técnico Legislativo na Divisão de Imprensa da Assembléia Legislativa de São Paulo. (fdcaldas@al.sp.gov.br)

Norte foi instalada em 2 de fevereiro de 1835 e ao longo dos 170 anos de existência os locais de funcionamento dela já assumiram vários nomes: Assembléia Legislativa Provincial, quando se instalou na antiga Câmara Municipal, Congresso Legislativo, Congresso Legislativo Estadual ou Congresso Estadual. Sua sede já recebeu o nome Palácio Amaro Cavalcanti e hoje está abrigada no moderno Palácio José Augusto.

No livro de Cascudo estão arroladas todas as composições das Mesas da Assembléia norte-riograndense, desde o Período Imperial (1835-1889) até a do ano de 1971. Encontram-se também a cronologia e a relação nominal de todos os deputados estaduais que compuseram as 27 legislaturas do Império e as 23 do período republicano.

Cerca de 150 páginas do livro são dedicadas a breves perfis biográficos de figuras que “honram” a Assembléia, já mortas na época da publicação do livro. As qualidades de biógrafo de Cascudo se revelam na constância em que os perfis de personalidades traçados por ele aparecem como referência em inúmeros dicionários biográficos.

Há ainda boas passagens em que são descritos episódios da história do cotidiano. Como a substituição nos pedidos de compra das antigas penas de pato, destinadas à caligrafia, pelas penas de aço. Enquanto estas custavam três mil réis, o “quartirão” das de pato valiam 240 réis. Perfeita desmoralização!

Porém as intenções do historiador potiguar não se limitavam ao simples registro oficial de interesse histórico. Além da ordenação mnemônica, o autor de *Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte* expressa veleidades de análise sociológica e de enveredar por searas da psicologia social. Nesse aspecto, o livro de Cascudo, a despeito da necessidade de síntese, não chega a entusiasmar. Mas oferece algumas interpretações interessantes sobre a cultura política em que se desdobrou a história do parlamento estadual em diferentes momentos.

No período do Império, embora o governo jamais conseguisse as delícias de uma Assembléia unânime, havia nela o cumprimento de seus deveres de cortesia para com o imperador e de seu papel autorizador sobre assuntos econômicos. Temas prosaicos animavam a vida inicial da instituição. A simplicidade da vida provinciana refletia-se nos pedidos que passavam por seu crivo, como a elevação de vencimentos de professores, autorizações para contratação de serviços e outros. “Inútil,

pois, procurar maravilhas na legislação nascida da velha Assembléia. Também é debalde procurar uma inutilidade. Há o útil, o lógico, o indispensável.”² Assim, pois, Cascudo descreve os afazeres dos deputados, o envolvimento destes com o que diz respeito ao dia-a-dia de suas comunidades, os ciclos de plantios, os males do gado, a produção, estradas, açudes, escolas, juizados de paz.

Cascudo enfatiza o patriarcalismo rural e a presença carismática do chefe local como elementos predominantes de uma psicologia unânime e natural de caráter centenário.

Tanto no Império quanto na República os partidos políticos nunca chegaram a representar o centro de gravidade da vida política. O partido não tinha realmente nome, nem forma e reunia os adversários de um ou outro chefe político cujos núcleos eleitorais mobilizavam-se de acordo com a sorte dos arranjos políticos travados nas esferas locais, provincial ou estadual e o governo central. O governo sempre funcionou como pólo irresistível e ordenador das tramas do solidarismo e do fidelismo partidário.

A imagem do político atuante no legislativo refletida por Cascudo, na passagem do Império à República, revela a duradoura mística da confiança e dedicação aos dirigentes. “Os políticos influentes, agitados, inteligentes, nunca saíram das batalhas de formigueiro e campanhas de saúvas. Perderam tempo e força nas lutas miúdas e dispersas, perseguindo sombras e construindo com areia solta... Os homens eram os mesmos e a terra não mudara. A política sim. Esse congresso semi-silencioso, obediente, pronto a cumprir as ordens de transformar em lei os pensamentos do administrador, respaldava, garantia, dava ao governador o destemor de agir e de falar, alto e forte, fazendo crescer o Rio Grande do Norte.”³

O sistema político instalado pela República, como o desenha Cascudo, não oferece brechas a forças políticas fora da constelação do governo. Ser oposição ao governo era como não existir. Como percebe Cascudo, o partido era o governador. Ser de oposição ou apenas político de cuja fidelidade se desconfiava significava derrota eleitoral certa. De 1894 até os anos 1930, nenhum oposicionista chegou a deputado estadual no Rio Grande do Norte. “Afastar-se, dissentir do governo, era o exílio eleitoral inapelável”, atesta Câmara ao referir-se à mecânica eleitoral impingida pelo voto descoberto. Distante de qualquer possibilidade de favorecimento dos favores fiscais e administrativos do governo, a ação política não se concretiza, simplesmente não existe.

Desse modo, a história do Legislativo estadual foi longamente atraída pela semi-onipotência do poder executivo. A atuação dos governadores sobre o Congresso Legislativo, regulando apresentações de propostas e reprimindo demonstrações estridentes e discordantes, levou o Legislativo à monotonia e fez evaporar a imagem dos partidos.

Somente após 1930, pela primeira vez no regime republicano, o governo do Rio Grande do Norte viria a perder uma eleição estadual para a Assembléia. “O governo estava de baixo, dando o glorioso precedente da vulnerabilidade solar”.

Entretanto, o lampejo de uma Assembléia oposicionista não duraria. Em 1937, o Estado Novo dissolve a Assembléia. Os dez anos de dissolução do parlamento são avaliados por Cascudo como um “interstício de promoção”, visto que todo esse tempo serviu como espécie de contraprova e excitação mental, um estágio concentrador de tenacidades.

O historiador potiguar reputa a 17ª legislatura (1947-1950), surgida da redemocratização, a mais sugestiva, pela intensidade dos debates, nível intelectual, diversão dialética. Numa espécie de nostalgia de tempos em que o plenário da Assembléia oferecia a seiva dos debates públicos, Cascudo relembra um momento em que o parlamento despertava o interesse das ruas. “O público, normalmente desinteressado, repletava as galerias, acompanhando os duelos ou escaramuças grupais com uma atenção alerta e esportiva de campeonato olímpico. Os comentários prolongavam na cidade os rumos dos embates e a repercussão deliciada das respostas felizes, que pareciam eternas, mas ninguém as recorda mais. Adia-se encontro comercial para não se perder um discurso, com promettidos apartes contundentes.”

Do tempo descrito e exaltado pelo historiador ao tempo então vivido por ele já distavam alguns anos. Os homens até pareciam os mesmos e a

terra não mudara. A política, sim. O livro sobre a Assembléia do Rio Grande do Norte foi apresentado ao público em sessão solene de encerramento dos trabalhos legislativos de 1971. O líder do governo e da Arena, deputado Ezequiel Ferreira, apresentou a obra do eminente comendador Luís da Câmara Cascudo após reportar-se à ordem e ao respeito instalados no Brasil com o advento da Revolução de 1964. O orador constrói um todo coerente, o bom nome e a seriedade do Poder Legislativo aparecem ajustados aos princípios preconizados pela revolução de março. “A filosofia da revolução fez substituir nos parlamentos a demagogia pela tecnologia, a loquacidade pela eloquência e a imaginação pelo raciocínio”⁴, sentenciou o orador arenista.

A tradição republicana e democrática reclama uma outra história das assembleias legislativas.

Acervo Dainis Karepovs



NOTAS

¹ Cascudo, Luís da Câmara. Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Natal, Fundação José Augusto, 1972, pg. 1.

² Idem, ib., pg. 10.

³ Idem, ib., pg. 28.

⁴ Idem, ib., pg. XVIII.